

Estado de Santa Catarina

PROCESSO LICITATÓRIO 198/2024 ART 75, INCISO IV, ALÍNEA "A" DA LEI 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUE DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. VANDERLEI BONALDO, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80, faz saber através do presente Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO, que fará a contratação da empresa Bregomar Veículos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.838.979/0001-70, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM COMPLEMENTO AO PROCESSO DE REVISÃO DO YARIS JÁ HOMOLOGADO.

1 - DO OBJETO

1.1 - Este Edital tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM COMPLEMENTO AO PROCESSO DE REVISÃO DO YARIS JÁ HOMOLOGADO, nos valores estimados, conforme tabela constante no anexo II deste edital.

2 - DO VALOR

2.1 - Os valores estimados a serem pagos para a contratada são os relacionados no anexo II deste edital, sendo valores estimados, levando em conta o orçamento prévio realizado pela contratada.

3 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO/ESCOLHA DO FORNECEDOR

3.1 Considerando a necessidade de fazer a terceira revisão para não perder a garantia.

Considerando que o veículo é integrante da frota do município, sendo de uso exclusivo do Executivo Municipal.

Considerando que é obrigatório a realização das revisões em agencias conveniadas.

Considerando os valores a serem pagos, bem como a previsão constante da Lei nº 14.133/2021, em especial Art. 75, inciso IV, alínea "a".

Justifica a necessidade de realizar a revisão dos veículos dentro do período de garantia em concessionária autorizada, conforme consta no manual dos veículos, sendo que a empresa contratada CAR HOUSE VEICULOS LTDA — CHAPECÓ é a conveniada mais próxima do município que realiza serviço de revisão de veículos e garantia e a mesma é qualificada para tal serviço.

4 – PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes deste processo de dispensa de licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto atividade	Complemento	Aplicação				
2.002 Manutenção das atividades do gabinete do	3390000000000	Próprio				
prefeito						

5 – HABILITAÇÃO JURIDICA E QUALIFICAÇÃO MINIMA NECESSÁRIA

5.1 Os documentos relativos à habilitação da empresa a ser contratada serão aqueles solicitados no anexo I deste edital.

6 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - Os Serviços deverão ser prestados conforme minuta de contrato anexa a este Edital.

7 - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

7.1 - A fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretária de Administração e Fazenda neste ato nomeada fiscal do contrato.

8 - FORMA DE PAGAMENTO

8.1- Os valores serão pagos até o 10º (décimo) dia útil após a liquidação, que se dará mediante apresentação de nota fiscal, conforme cláusulas e condições constantes dos Anexo II e IV deste Edital.

9 - DA VIGÊNCIA

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax (49) 3667-0050 - CEP: 89879-000 CNPJ: 80.912.124/0001-82 - Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

9.1 – Os serviços deverão ser realizados conforme agendamento. Considerando a urgência, e que não haverá entregas futuras, substitui-se o contrato pela nota de empenho ou equivalente.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções:
 - I Dar causa à inexecução parcial do contrato:
 - **II -** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III Dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - **V** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - **VI -** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
 - **VIII -** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - IX Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - **XII -** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da <u>Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</u> Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1 Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a dispensa de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:
 - I Página do Município de São Miguel da Boa Vista (wwww.saomigueldaboavista.sc.gov.br);
 - II Diário Oficial dos Municípios DOM

12 - FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL OS SEGUINTES ANEXOS:

- I HABILITAÇÃO JURIDICA
- II TERMO DE REFERENCIA
- **13- DO FORO**
- 13.1 Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

São Miguel da Boa Vista/SC, 09 de dezembro de 2024.

VANDERLEI BONALDO

Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina



ANEXO I

HABILITAÇÃO JURIDICA

Regularidade	Cartão CNPJ ativo	
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS.	
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.	
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.	
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da	
	empresa.	
Regularidade	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.	
Regularidade	ularidade Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falênci expedida em nome da pessoa jurídica, dentro do prazo de validad constante na própria certidão. Caso a certidão seja omissa quanto ao se prazo de validade, serão consideradas válidas, aquelas emitidas em períod não superior a 90 dias anteriores a data da realização do certame.	



Estado de Santa Catarina



ANEXO II

TERMO REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM COMPLEMENTO AO PROCESSO DE REVISÃO DO YARIS JÁ HOMOLOGADO

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
01	01	Und	Elemento do filtro de ar	42,90	42,90	
02	01	Und	Elemento filtro	78,00	78,00	
03	01	Und	Pastilhas do freio a disco	257,40	257,40	
04	01	Und	Jogo pastilhas de freio	580,00	580,00	
Valor total do lote: R\$ 958,30						

1.1 Para a obtenção dos valores foi realizado pesquisa de valores com empresas do ramo.

- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de revisão do Yaris destinado ao gabinete do prefeito se justifica pela necessidade de garantir o bom funcionamento e a manutenção do veículo, assegurando, assim, que o mesmo esteja sempre em condições ideais de uso.

A cristalização do para-brisa, por exemplo, é um serviço fundamental para aumentar a visibilidade do motorista, proporcionando maior segurança em condições adversas, como chuva ou neblina, além de proteger o vidro contra a ação de agentes externos que podem prejudicar sua integridade. Da mesma forma, a revisão e troca do filtro de combustível são imprescindíveis para evitar falhas no sistema de injeção, otimizar o consumo de combustível e prolongar a vida útil do motor. O serviço de limpeza do sistema de combustível também é essencial para manter o seu bom funcionamento, prevenindo entupimentos e assegurando que o motor opere com máxima eficiência.

Contudo, o veículo Yaris tem um papel importante nas atividades administrativas e representativas, sendo, portanto, necessário garantir que esteja em perfeitas condições para suportar a rotina intensa e as exigências do cargo. A escolha de uma empresa especializada garante que os serviços sejam realizados com qualidade, segurança e dentro dos padrões exigidos, evitando falhas que possam comprometer a operação do veículo e, consequentemente, o desempenho das atividades do gabinete.

Considerando que ao realizar a revisão, foi constatada a necessidade de troca de peças a mais do que estavam previamente previstas, se faz necessária a contratação de forma emergencial, através de dispensa para empenhamento das peças.

3 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Os serviços serão entregues conforme solicitados e regulações das publicações.
- 3.2. O objeto do presente termo de referência será fiscalizado, neste ato pela fiscal do contrato a Secretaria municipal de Administração.
- 3.3. O objeto do presente termo de referência poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estipulado no edital, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4 – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax (49) 3667-0050 - CEP: 89879-000 CNPJ: 80.912.124/0001-82 - Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

- 4.1 O objeto do presente termo de referência será fiscalizado, neste ato pela fiscal do contrato da Secretaria de Administração Fernanda L D Fassbinder.
- 4.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 4.3 Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

5 - DOS ENCARGOS

- 5.1 Incumbe a Administração Municipal:
- I Fiscalizar através da fiscal acima descrita, a execução efetiva do objeto licitado, qualidade dos serviços, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital.
- II Efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.
- III Quando necessário, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- 5.2 Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:
- I Realizar os serviços, objeto da presente licitação, conforme prazos e condições previstos em Edital, seus anexos e o Contrato.
- II Pagar todos os tributos, taxas, impostos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.
- III Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.
- IV Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- V Assumir todos os gastos e despesas que fizer necessário para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, pagamento de impostos, taxas, alimentação e demais custos que se fizerem necessários para a execução/entrega do bem.
- VI Os serviços, objeto da licitação, deverão ser prestados na sede da contratada.
- VII Acatar as ordens dos Fiscais do Contrato.
- VIII Desempenhar as funções com assiduidade, presteza e profissionalismo.
- IX A empresa deverá dispor durante toda a execução do contrato, profissionais para o bom andamento da realização dos serviços contratados.
- X Responder, civil e criminalmente, por eventuais encargos trabalhistas e pelos danos que a empresa e seus colaboradores causarem a administração e a terceiros, isentando a Contratante de quaisquer responsabilidades.
- XI Os serviços, objeto da licitação, deverão ser prestados conforme agendamento a ser realizada com a contratada.

6 - DO PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será efetuado até o 10º dia útil após a liquidação, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo recebedor.
- 6.2 A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 6.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax (49) 3667-0050 - CEP: 89879-000 CNPJ: 80.912.124/0001-82 - Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

6.4 As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.002 manutenção das atividades	3390000000000	Aplicações diretas
do gabinete do prefeito		

7 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A contratação será realizada através de processo de Dispensa de Licitação, fundamentada na Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II.

8 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 8.1 A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:
- **8.1.1.** Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **8.1.2.** Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
- **8.1.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
- **8.1.3.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- **8.1.3.2.** Dar causa à inexecução total do contrato.
- **8.1.3.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- **8.1.3.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- **8.1.3.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- **8.1.3.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- **8.1.4.** Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:
- **8.1.4.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- **8.1.4.2.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- **8.1.4.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- **8.1.4.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- **8.1.4.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **8.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- **8.2.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- **8.2.2.** As peculiaridades do caso concreto.

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax (49) 3667-0050 - CEP: 89879-000 CNPJ: 80.912.124/0001-82 - Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

- **8.2.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- **8.2.4.** Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
- **8.2.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **8.3.** Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.
- **8.4.** A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

São Miguel da Boa Vista/SC, 09 de Dezembro de 2024.

Fernanda L D Fassbinder Sec. De ADM e Fazenda

> VANDERLEI BONALDO PREFEITO MUNICIPAL APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO